

AS FORMAS CONTEMPORANEAS DA CAPTURA CAPITALISTA DO TERRITORIO GOIANO: O NOVO SISTEMA PRODUTIVO

- Introdução -

O atual momento do desenvolvimento histórico da civilização ocidental, estruturado pelos elementos da chamada Terceira Revolução Industrial, possibilita a conexão em tempo real e simultâneo de vários lugares e localidades. Esse fenômeno contemporâneo, provoca um expressivo rearranjo do sistema produtivo, na qual valores e formas anteriores de organização societária passam a ser subordinadas a uma nova dinâmica hegemônica pelo capital financeiro mundializado.

A forma recentemente adquirida pelo processo de expansão do Capital, exige a desregulamentação das relações econômicas e a reconfiguração do uso e da função do Estado Nacional, que gradativamente vai perdendo sua capacidade de ação para organismos e mecanismos de caráter global.

Os programas de ajustes das economias nacionais patrocinados por instituições como o F.M.I (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, vêm comprometendo a operacionalidade dos Estados Nacionais para resolverem problemas de ordem econômica, de segurança pública, saúde, meio ambiente, entre outros, gerando uma crise de legitimidade na relação Sociedade e Estado, sendo esta uma expressão da crise política contemporânea.

As flexibilizações tecnológicas, produtivas e do trabalho, bem como a adoção de novos métodos de gerenciamento, vem alterando o metabolismo social, de nosso tempo presente, criando novas formas de contato e tensionamentos entre o global e o local. Estas mudanças marcam sistematicamente nossa contemporaneidade que aliadas às “novas” diretrizes paradigmáticas do Irracionalismo Pós – Moderno, provocam uma rearticulação política, econômica e sócio-cultural em todo o mundo ocidental.

Neste contexto, ganha dimensão a afirmação da existência de uma nova era nas sociedades ocidentais, que inviabilizariam as antigas teorias explicativas, fundamentadas na sociedade industrial regida pela centralidade do trabalho e pela produção e consumo em massa.

Em Goiás vivenciamos uma rápida adaptação da sociedade e do aparelho administrativo do estado às novas demandas do Capital, através da adoção de novos componentes em sua organização, bem como por meio da inserção e expansão de fixos artificiais associados à infra-estrutura que visam acelerar a capacidade de fluidez do mercado, objetivando assegurar o fluxo exigido pelo reordenamento conservador da modernização globalizante.

- Mundialização do capital, Estado Nacional e Sociedade.

O Estado, enquanto realidade objetiva, se caracteriza como sendo uma forma específica e singular de organização do poder político, fruto do movimento contraditório das diversas sociedades. Quando percebido em uma temporalidade de longa duração, logo se revela como um processo histórico problemático, contraditório e transitório. Nos tempos da sociedade global, transmuta-se e travesti-se como província da sociedade global.

No decorrer da década de 1970, os Estados Nacionais, passam a enfrentar a questão da chamada crise fiscal e concomitantemente suas formas de inserção e intervenção econômica tem sua eficácia duramente questionada, diante da realidade conjuntural que apontava para importantes mudanças na base organizativa e produtiva do Modo de Produção Capitalista. Perante a crise, redimensionada pelo fenômeno da mundialização financeira do Capital e a hegemonia de concepções privilegiadoras do mercado como coordenador de todo sistema econômico, impõe-se a necessidade de se reformar o aparelho do estado.

Com a queda da URSS e o desmonte do socialismo real ocorre um nítido endurecimento das posições pró-livre mercado, que avança ofensivamente sobre o pacto fordista e as políticas Keynesianas, alterando expressivamente a correlação de forças no histórico enfrentamento pela forma e conteúdo do estado.

Os avanços tecnológicos verificados nas últimas décadas, notadamente na área da informática, acompanhadas de alterações no sistema produtivo, permitiram uma fragmentação das unidades industriais locadas em regiões ou países diferenciados. Aliada a dissolução do bloco soviético e do socialismo real, iniciou-se uma ofensiva da ideologia liberal com rápida ampliação territorial das economias de mercado. Nesta quadra o capital

promoveu uma reorientação da economia-mundo, com aprofundamento do processo de internacionalização do Capital.

O fenômeno da internacionalização foi alavancada desde seus primeiros momentos pela acumulação do capital, inserindo e combinando países, regiões e relações sociais completamente distintas.

As hierarquizações destas localidades ocorrem em situações de extremadas desigualdades sociais, com introdução de novos processos de produção de mercadorias e de gerenciamento do trabalho com flexibilização da produção das atividades, aumento da robotização e do capital fixo com uma conseqüente redução dos postos de trabalho.

Percebe-se ainda, que principalmente nas grandes corporações há a tendência da terceirização e a subcontratação com expressiva precarização das condições de trabalho, caracterizada por uma gigantesca ofensiva material e ideológica do capital sobre o trabalho

No caso brasileiro, a acumulação capitalista perpetuou no poder um grupo dirigente estruturado, deste os tempos coloniais, por uma íntima associação com o capital internacional, eternizando a constituição de modelos exportadores em detrimento do desenvolvimento de um mercado interno.

A propalada competitividade industrial brasileira é vinculada à atuação do Estado, na construção de infra-estrutura básica que possa permitir uma rápida inserção na economia mundial destes privilegiados setores, famintos por subsídios e incentivos fiscais.

A competitividade da industrial nacional, ancorada na baixa remuneração de uma mão de obra desqualificada, vivencia hoje um impasse, na medida em que a estrutura produtiva que se organiza e se impõem a partir dos anos de 1980 exige uma maior qualificação profissional. em função da tecnificação associada à informática.

A defasagem tecnológica e a carência em investimentos em infra-estruturas, caracterizam-se como um ponto de estrangulamento na tentativa de diminuir as desigualdades existentes entre estes países e regiões.

A manutenção de uma sociedade elitizada baseada em modelos econômicas que negligenciam o papel do mercado interno, selecionando pouquíssimas atividades a se inserirem na economia mundial, aprofunda a concentração da riqueza em detrimento da grande maioria da população.

A marcha desenvolvida pelo conflituoso processo de acumulação capitalista, aponta para uma sistemática concentração das riquezas e de mecanismos decisórios, sendo mediados pela intensidade da reação política perpetrados por aqueles que se percebem em franca desvantagem nos (re) arranjos político, econômico e espacial.

O atual fenômeno da mundialização da economia capitalista, compreende a formação de centros decisórios de caráter extra e supranacionais, debilitando ou mesmo anulando as estratégias nacionais. As condições para formulação e implementação de projetos nacionais são drasticamente afetadas, tornando-se possíveis, como imaginação e execução, somente se limitados às exigências das novas e poderosas determinações externas, transnacionais ou globais.

O Estado Nação estaria em franco declínio, sendo uma demonstração disto as atuais reformulações jurídicas e legislativas (Reforma da Previdência; Reforma Sindical e trabalhistas; Reforma Universitária etc.), que visam redefinir o papel e o caráter do Estado Nacional rearticulando suas forças tanto em uma escala nacional como internacional, refletindo a correlação de forças dos setores defensores da abertura econômica e da inserção mundial de nossa economia, contra aqueles que teimam em efetivar um projeto seja nacional democrático ou de ruptura com as formas de organização do capital.

O esvaziamento das responsabilidades sociais do estado vinculado ao aprofundamento de seu compromisso político e econômico com os modelos expatriadores de capital, geram entre outros fenômenos uma tensão de dimensão política caracterizada pela crise de legitimação do aparato estatal.

Durante toda a década de 1990, foi amplamente hegemônica uma visão liberalizante do estado, que orientou expressivamente os planos e as ações governamentais durante este período, ao mesmo tempo em que o crescimento econômico apresenta-se de forma bastante modesta, sendo inferior aos índices alcançados nas décadas de 1950 e 1960, sendo que na maioria dos países as condições sociais estão piores que nos anos de 1970 e tornando-se cada vez mais intoleráveis.

A crise do Estado, na realidade se revela como o esgotamento de uma forma de organização das forças produtivas, bem como de suas relações sociais nos marcos de uma época de avanço material e ideológico do capital sobre o trabalho, liberando o primeiro dos

compromissos assumidos com pacto fordista e impondo conflitivamente uma reorganização societária que legitime e facilite a acumulação do capital.

O aumento da capacidade produtiva é fruto da tecnificação e da intensificação da mais valia relativa, sua utilização como mecanismo de maximização do lucro é uma das causas do desemprego e da diminuição da renda por parte da grande maioria da humanidade, ao passo que se verifica o aumento da concentração de riquezas em torno de uma parcela extremamente limitada da humanidade

Para os analistas burgueses, os desafios apresentados pela globalização refletem a capacidade de resposta da porção desfavorecida com tal situação ou ainda na adequação pura e simples ao modelo dominante marcado pelo avanço da Democracia

Quanto ao avanço da democracia, os ideólogos da burguesia limitam-se a entendê-la como democracia representativa, da forma apresentada pelas sociedades de consumo. Faz-se curiosa a afirmação de avanço da Democracia em um contexto de ampliação da concentração de riqueza. Com isto percebe-se a redução do conceito de Democracia a uma questão de formalidade, isto é a Democracia formal representativa.

A nova questão que emerge, diante da Reforma do Estado é a Sociedade Civil, diferenciada deste e agente das mudanças que determinam o curso do próprio Estado. Marx e Engels, percebem a Sociedade Civil não como objeto da mudança social, mas sendo ela própria o agente da formação do aparelho do estado, revelando assim seu caráter de classe.

- A inserção ampliada da economia goiana: a Agroindústria .

A inserção da economia goiana a esfera produtiva nacional, acompanhou complementarmente o ritmo e as demandas da economia paulista. A estrutura criada no território goiano e as vantagens comparativas aqui existentes foram paulatinamente atraindo agentes econômicos que aliados ao aparelho do Estado implementaram estrutural transformações nas características do território goiano. A ocupação agroindustrial da região Centro Oeste pode ser definida em três fases:

- A primeira iniciada na década de 1970 concerne ao período de adaptação da soja na região, especialmente no estado de Goiás.

- A segunda fase delimita-se pelo processo de expansão da cultura da soja para o Mato Grosso e o cerrado baiano.
- A terceira fase inicia-se a partir de 1985, que alimentada pela crescente produção de grãos, há o deslocamento de grandes conglomerados industriais, especialmente indústrias de beneficiamento de grãos e abates de animais. Simultaneamente há a implantação de projetos de melhoria da infra-estrutura existente.

A entrada da economia da soja em Goiás, ocorre pelo sudoeste do estado, mais especificamente pelo município de Rio Verde. Já em 1975 foi criada a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano – COMIGO – que se transformaria em uma das mais importantes empresas na produção e processamento da soja na região Centro Oeste.

Além da topografia, entre outros elementos, a estrutura fundiária do município favorecia a cultura de grão em grande escala. Analisando o Censo de 1996, é possível afirmar que 55% das propriedades ali localizadas possuíam mais de 100 ha, o que corresponde a 93% da área cultivada. Os estabelecimentos com mais de 1000 ha, aproximadamente 8% do total ocupam 47% da área. Metade dos agricultores da região possuíam propriedades com menos de 100 ha e ficaram excluídos da produção comercial de grãos.

Em 1998 um clima de euforia toma conta desta região, pois se inicia a implantação do Projeto Buriti, que marcava a transferência da fábrica Perdígão para o município de Rio Verde, cuja meta seria a terceirização da criação de aves e suínos que poderiam ser desenvolvidas pelos pequenos agricultores. Havia ainda a previsão de instalação de uma das unidades de derivados de tomates da empresa Cica.

Em reportagem veiculada no Jornal Gazeta Mercantil divulga-se a idéia de que juntos, Perdígão e Cica, realizariam um investimento de R\$ 700 milhões e criariam cerca de 17.500 empregos diretos e indiretos. No entanto, na perspectiva da empresa, seria de que a fábrica goiana trabalharia com apenas 25 produtores integrados, que teriam instalações em um raio Máximo de 50 km e seriam selecionados entre os que já possuíam pivô para irrigação.

Ao contrário do que foi amplamente divulgado, o sistema de integração da produção praticado em Rio Verde não proporcionou uma alternativa aos pequenos produtores que continuavam excluídos da economia em grande escala.

Se a economia da agroindústria não proporcionou a viabilização da pequena propriedade, esta dinâmica estabeleceu todo um padrão de integração e desenvolvimento regional, constituindo-se como principal componente para o novo padrão do sistema produtivo em Goiás.

O complexo grão – carnes incorpora o conceito de *firmas dinâmicas* e a constituição de um parque industrial agropecuário centrado nesses setores provoca inquestionáveis efeitos de encadeamento entre a base produtiva agropecuária e a indústria de insumos, máquinas agrícolas e com os setores de armazenagem, beneficiando comercialização, transporte de matéria prima e alimentos dando formação a chamada cadeia produtivas.

As cadeias produtivas são formas de organização da produção resultantes da crescente divisão e interdependência de alguns agentes econômicos. Este fenômeno se origina a partir da desintegração vertical e da especialização técnica e social do trabalho. As cadeias produtivas são caracterizadas por um conjunto de atividades consecutivas pelos quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos utilizados, agrupando agentes que atuam dentro de um mesmo setor, sendo que os blocos de cada cadeia seriam denominados de *complexos industriais*, caracterizadas pela efetivação da matriz e a definição de suas potencialidades através da desintegração vertical e da adoção de modernos métodos de gerenciamento (just in time; downsizing etc.).

O conceito de “*crescimento desequilibrado*” provocado pela aglomeração espacial das empresas contribui decisivamente para existência das desigualdades regionais. A capacidade de uma atividade econômica em desenvolver uma dada região, não se limita aos elementos já mencionados, mas agregados a estes se incluem os efeitos provocados pela demanda final de bens de consumo e de capitais em função da elevação da renda regional e de seus efeitos fiscais apontando para o aumento da capacidade arrecadativa do estado.

Neste sentido verifica-se que o crescimento econômico, não é condição única para o desenvolvimento, sendo necessários um crescente processo de autonomia decisória, capacidade de captação e reinvenção do excedente econômico, distribuição da riqueza e

consciência e ação ambientalista, são condições fundamentais para o desenvolvimento regional. Neste sentido questionamos e denunciemos o suposto desenvolvimento apresentado recentemente pelo estado de Goiás.

Por mais dinâmico que seja o crescimento econômico, este não produz mecanicamente a distribuição de seus benefícios. A julgar pelas experiências históricas, o que ocorre é um financiamento público para a atividade privada que reflete significativamente nos índices de crescimento econômico (PIB), acompanhado com vertiginoso aumento das desigualdades sociais.

As estratégias utilizadas pelas empresas líderes do setor agroindustrial apontam uma intimidade com a agricultura familiar através de contratação formal ou não para realização de etapas do processo produtivo

Há um novo padrão de relacionamento entre empresa e agricultura, com forte evidências de que prevalecendo os interesses do grande capital haverá o aprofundamento das desigualdades intra e inter-regionais existentes no estado.

Nesta perspectiva, o estado de Goiás se tornou um mosaico em termos produtivos e sociais. Convivem conjuntamente áreas de elevadíssima produtividade em simultaneidade com a exploração tradicional. Localidades com extraordinária concentração populacional e diversificados problemas sociais e ambientais coexistem com verdadeiros vazios demográficos.

- Os efeitos da inserção ampliada da economia goiana.

O atual modelo econômico implementado no estado, busca uma integração competitiva no cenário nacional e internacional, levando a expansão da produção rural em razão direta a utilização de novas tecnologias com menor poder de absorção de mão de obra.

O processo de modernização da agricultura e da pecuária goiana é estruturalmente desequilibrado, sendo incapaz de promover um desenvolvimento regional no sentido de garantir uma elevação da qualidade de vida da população. O que se revela é uma lógica perversa da qual quanto mais o estado busca melhores níveis de competitividade, com expansão especializada de sua atividade econômica, menor será o potencial de ocupação

humana, maior o deslocamento populacional em direção aos centros urbanos com maior demanda para políticas de amparo social, geralmente sustentada pelo assistencialismo.

As políticas elaboradas e aprovadas pelo estado contribuíram de sobremaneira para o processo de industrialização da agropecuária em Goiás, mas ao mesmo tempo, acarretaram dolorosos estrangulamentos sociais, na qual o inchaço urbano vivenciado e a desigualdade regional são as maiores expressões.

O descontrolado crescimento urbano verificado em Goiás pode ser visto como conseqüência direta da desruralização da produção, sendo que quanto menor a participação do produto primário na economia maior será a taxa de urbanização.

Em relação aos aspectos demográficos e urbanos no decorrer da década de 1990, a PNAD de 2001 apontou que 29% dos residentes em Goiás são provenientes de outras unidades da Federação, destacando-se os mineiros (7,6%); baianos (4,7%); originários do DF (3,1%); Tocantinense (1,8%); maranhense (1,7%) e paulistas (1,6%). O processo de urbanização teve continuidade neste período alcançando no ano de 2000, 87,9% de sua população vivendo no meio urbano.

Metade da população do estado se localiza na mesoregião Centro (50,7%), sendo esta localidade a mais urbanizada (93,1%), seguidas pelo mesoregião Sul (21,2% da população, com taxa de urbanização de 83,3%) e mesoregião Leste (18,1% da população e taxa de urbanização de 86,2%). A mesoregião Norte possui 5,6% da população do estado e a mesoregião Noroeste tem 4,4%, ambas possuem taxas de urbanização de 74%.

Em dezembro de 1999, foi criado pela Lei Complementar Estadual 27 a Região Metropolitana de Goiânia com 11 municípios representando 32,7% da população do estado. O aumento do contingente populacional no entorno foi maior que o da capital ,com destaque para a cidade de Senador Canedo (9,3%); Aparecida de Goiânia (7,3%) e Trindade (4,7%). Deste contingente 98,4% vivem em áreas urbanas com graves problemas de ordem social.

Apesar da clara e inegável existência de características e condições socioeconômicas diferenciadas no estado, torna-se um grave equívoco pensar Goiás e seu povo a partir de uma dualidade centrada em binômios aparentemente antagonistas tais como moderno x tradicional.

A concepção dualista apontaria para a existência de um Goiás moderno, eficiente e competitivo localizado na região centro-sul do estado e um Goiás tradicional e atrasado localizado na porção norte de seu território. Esta oposição, na realidade se caracteriza como meramente formal, pois de fato, há uma organicidade traduzida como unidade dos contrários, na qual o denominado “moderno” se alimenta da existência do “atrasado”. Não há, portanto um “Goiás novo” em detrimento de um “Goiás velho”, bem como não se verifica a existência de um “*tempo novo*” antagonista de um “*tempo velho*”

– O aprofundamento da inserção ampliada da economia goiana: Os Planos Pluri-Anuais

Sintonizados com o pensamento político e social hegemonicamente existente no final da década de 1990, o então recém eleito governador de Goiás (Marconi Perillo), reafirma o entendimento que pressupõe a crise fiscal como principal fator da crise do estado. Concordando com a idéia de que o processo de modernização do estado passa pelo “ajuste fiscal”, ou seja, sanar os déficits existentes na relação receita – despesas apresentadas pela maquina estatal.

A solução da superação do problema é dada pela redução no gasto com custeio do aparato administrativo do estado e racionalização dos investimentos realizados. O enxugamento da administração, a terceirização e sub contratação com precarização das relações do trabalho, implementado pelas grandes corporações, são adotadas como modelo de gerenciamento.

Nesse sentido é encaminhado a Assembléia Legislativa o Plano Plurianual, intitulado *Goiás Século XXI*. A mensagem do Governador que envia o PPA para o Parlamento goiano, aponta a crise que se abateu na economia brasileira e os conseqüentes reflexos para o estado, levando a emergente necessidade maior aproveitamento e utilização dos recursos e meios disponíveis.

Está presente nessa mensagem, a idéia em que a nova ordem econômica mundial globalizada impõe ao estado uma maior competitividade na procura do desenvolvimento econômico e social. Nessa perspectiva, faz-se necessário redimensionar prioridades. Propõe

um novo modelo de gestão, com linhas estratégicas definidas e orientadoras na formulação de programas de governo.

Esse Plano prevê, ainda, uma redução em gastos com pessoal, bem como a diminuição dos custos de manutenção do aparelho do estado objetivando implementar um ajuste fiscal na tentativa de estabelecer um equilíbrio fiscal nas contas públicas.

Com o objetivo de “modernizar” a gestão pública e de inserir o estado na economia nacional e internacional, o Plano avaliava ser muito pequeno o grau de abertura da economia goiana. O comércio exterior do estado, movimentava algo em torno de 3%, ao passo que esse indicador para o Brasil estava na órbita dos 20%.

Canalizar as energias de Goiás para a especialização em bens exportáveis, desenvolver uma política de marketing internacional, visando alcançar novos mercados para as mercadorias produzidas em solo goiano, buscar a via diplomática para a conquista de parceiros potenciais constituem passos necessários, segundo o PPA 2000 – 2003, para a inserção da economia goiana no cenário internacional.

Além desses passos seria necessário integrar os elos das cadeias produtivas existentes no estado, visando agregar valor industrial dentro das fronteiras estaduais, rompendo com a histórica condição de exportador de matérias – primas. O Agronegócio apresenta-se como grande instrumento para agregação de valor.

O processo de ampliação da inserção da economia goiana no contexto nacional e a penetração em mercados internacionais priorizados no PPA 2000 – 2003 necessitam de profundas reflexões, pois, são os países do capitalismo central que determinam o ritmo da competição, devido a sua capacidade de criar inovações redutoras de custos e introdutoras de novas mercadorias.

Goiás consolidou ao longo dos últimos anos áreas dinâmicas e capitalizadas, onde a atividade produtiva privada foi a mais beneficiada, conquistando diferenciais de produtividade e firmando-se como locais de produção de commodities com a crescente integração ao mercado internacional, como é o caso das zonas produtoras de soja. Como efeito, o primeiro objetivo do PPA age como elemento anulador do “desenvolvimento harmônico e equilibrado”, reforçando e aprofundando as diferenças regionais.

A dinamização das plataformas de exportação resgatada de nosso passado colonial, caracterizado como de economia de arquipélago, sob o pretexto de desenvolver vantagens

comparativas para o comércio nacional e internacional, provoca o atrelamento da dinâmica econômica estadual às flutuações e instabilidades da demanda externa pelos produtos aqui fabricados, com ilhas de integração contrastando com localidades relegadas ao completo abandono.

A opção seguida tem ainda a tendência a proporcionar grande alteração nas características do funcionamento do mercado de trabalho local, devido à implementação de plantas produtivas externas com poucos vínculos com o sistema produtivo historicamente construído no estado. A atração e implementação desse tipo de planta produtiva tende, ainda, a intimidar o surgimento e desenvolvimento de empresas locais, embora algumas a elas se associem.

Com o objetivo bem explicitado, o PPA teria que ser instrumento que ajudasse a resolver a questão da transformação das economias locais em economias competitivas capazes de integrarem-se no mercado internacional. O problema seria “enfrentar os desafios” para reestruturar o sistema produtivo regional, de tal maneira que os estabelecimentos agrícolas conseguissem aumentar sua produtividade e competitividade nos mercados interno e externo, não transformando o local em foco de resistência fomentadora de identidades de resistência ao processo econômico globalizado.

Para viabilizar esse projeto, foi implementado um amplo arco de alianças políticas que incorporou a maioria das forças políticas organizadas no estado, tanto no espectro da direita ruralista conservadora (DEM), como setores da esquerda capitulada e rendida (PT e PCdoB).

Com a reeleição de Marconi Ferreira Perillo Junior, o governo do estado apresenta para o quadriênio 2004 – 2007, um “novo” Plano Pluri – Anual intitulado *Goiás no Século XXI – Avançar mais*

O PPA 2004 – 2007 não sugere nenhuma mudança nos rumos do estado, constituindo-se, na realidade, um aprofundamento da inserção subordinada do sistema produtivo local ao mercado nacional e internacional. Em sua exposição de motivos, o PPA afirma que Goiás situa-se, economicamente, como a décima economia do país, tendo nos últimos anos um crescimento econômico acima da média nacional.

O PIB estadual alcança a marca de R\$ 21,6 bilhões representando 28% do PIB da região Centro Oeste e 1,97% do PIB nacional. Aponta, ainda, a expansão da fronteira

agrícola como um dos grandes vetores do desenvolvimento. A agricultura goiana apresenta-se como dinâmica e moderna, com a produtividade bastante incrementada se comparada com períodos anteriores.

O solo, o clima, uma rica bacia hidrográfica e o empreendedorismo dos produtores rurais, são indicados como fatores para o crescimento da produtividade, além, obviamente, dos polpidos incentivos governamentais. Essa situação vem contribuindo para o incremento da produtividade e competitividade, favorecendo a inserção em amplos mercados.

Na continuidade da caracterização do estado, o PPA indica a pecuária como a quarta no ranking brasileiro, com forte presença na economia do estado. Atualmente o rebanho bovino goiano conta com 20,1 milhões de cabeças representando 10,8% do efetivo nacional.

. A indústria vem aumentando sua participação na economia local, A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do estado (SEPLAN), aponta que o setor industrial, em 2000, representava 32,49% do PIB estadual, com destaque para a mineração (amianto, níquel, nióbio e ouro) e a indústria da transformação vem demonstrando acentuado crescimento. O setor de serviços também indica índices expressivos de expansão, destacando-se o comércio e o turismo.

Goiás vivência uma rearticulação das estratégias do estado. Os PPA's são a expressão da reorientação da estratégia de acumulação, que no processo de inserção mercantil do sistema produtivo, persegue o crescimento econômico e a competitividade, compreendidas e confundidas como qualidade de vida.

Para garantir a plena execução desse objetivo, faz-se necessário promover a recuperação da legitimidade da ação estatal, reorientando, assim, as estratégias de confiança transformando interesses particulares em coletivos e gerando a estabilidade de expectativas a grande parte da população, ameaçada pela competitividade do mercado. A lógica mercantil produz uma estrutural marginalização e concentração da renda e da riqueza.

No território goiano, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (ADH), os 80% mais pobres da população controlavam, em 1991, 36.75% da renda estadual. Em 2001, essa faixa da população passava a controlar 34.42%. Nesse mesmo intervalo de tempo, os

10% mais ricos do estado controlavam, em 1991, 48.24% da renda do estado. Em 2001 esse controle elevou-se para 51.14%.

Como medida compensatória, o governo do estado, através de seus Programas Sociais focalizados vem influenciando diretamente na composição da renda familiar. O ADH revela que 5.6% da população residente no estado, em 1991, possuem renda que em sua composição, mais de 50% são provenientes de transferências governamentais. Esse índice eleva-se, em 2000, para 11.01% da população.

No sentido inverso, a participação do Trabalho na composição da renda, diminuiu de 87.12%, em 1991, para 74.58% em 2000. Na articulação dessas estratégias, o aparato estatal consolida a hegemonia de sua classe dominante, efetivando a lealdade de diferentes classes sociais frente ao estado e o projeto social e econômico sustentado pelo mesmo, garantindo sua própria estabilidade.

O aumento da capacidade produtiva do estado ocorre em função da tecnificação e a utilização deste, como instrumento da maximização da lucratividade, vem causando desemprego e diminuição da renda da maioria da população, no mesmo instante em que, aumenta a concentração de renda e riquezas em torno de uma parcela extremamente limitada da população.

A suposta democratização das ações do estado é representado pelas parcerias com a iniciativa privada com seus interesses econômicos imediatista.

Neste sentido, nos posicionamos de forma clara e aberta como grupo de OPOSIÇÃO AO ATUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO CONSERVADOR ADOTADO EM NOSSO ESTADO.

Apontamos a necessidade urgente da construção de um amplo leque de forças políticas que se antagoniza com o processo de modernização conservadora implementado, responsável pela brutal concentração de riqueza e da degradação social e ambiental, consequência direta da ação política econômica da burguesia agrária goiana em parceria com as transnacionais e institucionalizadas pelo atual grupo dirigente do aparato administrativo do estado e seus diversos parceiros em inúmeras prefeituras municipais.

As eleições que se avizinha, é uma oportunidade de aproximarmos dos diversos setores da classe trabalhadora, bem como de traçarmos alianças com

agrupamentos que se rivalize com o modelo de desenvolvimento em curso, ao mesmo tempo em que explicitaremos nossa disposição militante para enfrentarmos aqueles que de forma direta e indireta contribuem com a materialização desta nefasta política que coloca em condição de miserabilidade uma parcela significativa de nossa gente.

Conjuntura Goiana

Nas últimas décadas o povo goiano vivenciou uma profunda transformação em sua configuração territorial. O agronegócio se consolidou como principal elemento da composição do Produto Interno Bruto estadual. A perversa permanência da concentração fundiária, aliada a mecanização do campo e a ausências de eficazes políticas agrárias que beneficiassem a pequena e média propriedade, resultou em um massivo deslocamento em direção às cidades, estabelecendo uma enorme densidade demográfica em algumas poucas regiões de nosso estado, alterando assim, as bases da composição demográfica no estado de Goiás. O uso das modernas técnicas e tecnologias, guiadas pelas demandas da acumulação capitalista, metamorfoseou as formas das contradições e antagonismos existentes. A indústria de alimentos, a mineração e o setor farmoquímico, impulsionam a maturação de uma recente classe operária, carente de experiência política e profundamente influenciada pelas novas formas de organização do capital. O operariado goiano é numericamente expressivo em municípios como Aparecida de Goiânia, Anápolis, Itaberaí e Catalão, ampliando-se em grande velocidade nas áreas atingidas pelo arranjo produtivo local da indústria da confecção, como se observa em Jaraguá, Taquaral e Trindade entre outros municípios.

Diante das mutações ocorridas na base produtiva goiana, há em andamento uma reorganização da Divisão do Trabalho com significativos impactos na estruturação da rede urbana. Municípios como Rio Verde, Jataí, Santa Helena e Mineiros, destacam-se como entrepostos na prestação de serviços e fornecimento de implementos inseridos na cadeia produtiva do agronegócio, tornando-se consequentemente, polos atrativos da demografia regional. Na região

metropolitana, presença um acelerado crescimento populacional aumentando as demandas por serviços essenciais tais como saúde, transporte e moradia.

As novas exigências da acumulação capitalista, neste início de século, inseriu de forma direta a economia goiana na Divisão Internacional do Trabalho, especializado na produção de mercadorias primárias, as chamadas commodities. A edificação da estrutura necessária para a neo modernização conservadora, viabilizando a inserção subordinada e dependente do território goiano, às dinâmicas da Mundialização do Capital, só é possível diante de inversões de milhões de dólares de recursos públicos, utilizados para o financiamento de políticas como o antigo POLOCENTRO e os atuais FOMENTAR/PRODUZIR e o FCO.

O projeto neoconservador em Goiás em sua formatação política forjou um amplo pacto social heterogêneo e policlassista, hegemonizado por corporações transnacionais (Monsanto, Bunge, Pionner etc) em alianças com as velhas oligarquias rurais e incorporando os representantes locais dos esgotados projetos Nacional Democrático (PT, PC do B, PSB) e Neo Liberal (PSDB, DEM), que polarizam diferentes legendas sem identidade política e marcadas pelo fisiologismo em aberta negociação pautada por interesses particulares que eleitoralmente se apresentam e disputam o gerenciamento da inserção subordinada e neocolonizadora.

Resgatar a memória.

O processo de construção territorial goiana é resultante da acumulação primitiva mercantilista, diante das contradições entre paulistas e a coroa portuguesa. Impulsionado pelo metalismo a invasão de dezenas de áreas, seguidas pelo extermínio e/ou conquista de diferentes povos gerou a organização política administrativa da Capitania de Goyaz, instituidora de alienígenas formas produtivas, desconhecedoras e opostas às necessidades mais elementares da população local. A (re)estruturação produtiva do período colonial, tal como a hoje vivenciada, alterou profundamente as dinâmicas demográficas e de organização

do território. Em apenas quatro décadas o povo Goyá, habitantes da Serra Dourada, foram exterminados, o mesmo ocorrendo posteriormente com o povo Krixá, Araé, Araxá, Akroá. Utilizando-se das formas possíveis de resistências, o grupo macro jê Karajá, Javaé e Xambioá, ao lado dos Avá Canoeiras conseguiram sobreviver. A violência e a morte foram a marca da construção da moderna forma de organização política. A brutalidade como expressão política, mantem-se até nossos dias. No contexto do escravismo colonial, os sertões goianos foram povoados por distintos povos de origem bantos e sudanesas. Tal qual as populações indígenas, os povos vitimados pela escravidão desenvolveram formas de resistências, tendo no Quilombo uma de suas principais estratégias para a resistência, além das fugas, sabotagens, rebeliões e as denominadas brechas camponesas.

Vários são os registros de experiências quilombolas em Goiás a exemplo do Acaba Vida (região do município de Niquelândia), Ambrósio (hoje área pertencente ao Triângulo Mineiro), Cedro (existe e resiste no município de Mineiros), Forte (tornou-se povoado do município de São João d'Aliança), Kalunga (no vão do Paranã), Mesquita (próximo a Luziânia), Muquém (hoje povoado de Niquelândia que ainda vivenciou a experiência do Quilombo de Papuã, descoberto e militarmente derrotado no século XVIII), Pilar (próximo ao município de mesmo nome), São Gonçalo (próximo a Cidade de Goiás) entre outros.

O abandono da economia mineradora reconstituiu novamente o território goiano, dando vazio a economia de abastança centrada na agricultura e na pecuária, formadora da figura do posseiro tronco da aparição do campesinato goiano mais conhecido como roceiro, além dar forma ao tropeiro e sertanejo goiano. Cabe assinalar que o campesinato aqui instalado possui uma relação com a terra marcada pela posse e uso, não detendo a propriedade da mesma. Com a expansão da economia cafeeira paulista e o aumento pela demanda de alimentos no sudeste brasileiro, inicia-se a modernização da produção rural em Goiás que redefine a ideia de sertão, fortalece a capacidade da propriedade da terra se converter em uso e restringido as brechas do sistema social e econômico. A aplicação de tecnologias e a exigências de maior produção provocou a elevação

do preço da terra com conseqüente aumento das tensões entre meeiros e patrões. Estava armado o quadro histórico para a eclosão da rebelião de Trombas e Formoso, uma das maiores experiências da resistência camponesa no estado de Goiás.

A via prussiana foi a base da penetração do agronegócio nas áreas do cerrado, sua capacidade de potencializar conflitos e buscar eliminá-los pelo recurso da violência de estado ou pelo silêncio deste, diante da violência privada do latifúndio, expressa a continuidade da brutalidade objetiva e subjetiva da produção e reprodução do capital em nosso estado.

Corrigir os erros e organizar a resistência.

A consolidação do estado nacional brasileiro foi extremamente caracterizado pela incessante busca pelo “progresso” e por uma quase obsessão a modernização. As classes dominantes brasileiras e dos demais países periféricos, sempre se espelharam na experiência europeia e daí retiraram suas ideologias e projetos de nação e estado nacional. Permeado por contradições e antagonismos, a esquerda brasileira foi ao longo da história, a representante popular da edificação de um estado nacional hegemônico pelos trabalhadores, mas que preservava todo o aparato da modernidade europeia em seu viés patriarcal, etnocêntrica e racista.

No caso dos Comunistas Brasileiros, os primeiros anos da ação organizada partidária foram balizados pelo intenso esforço de assimilação teórico metodológico do marxismo em uma realidade completamente distinta da Europa do século XIX. Esta experiência também ocorria no Perú com José Mariátegui e em El Salvador com Farabundo Martí, contemporâneos da Revolução Mexicana e do impactante Movimento de Reforma Universitária na Argentina. No entanto o VI Congresso da Internacional Comunista ao tratar do caráter da revolução em países coloniais centrava-se na questão asiática com ênfase a situação chinesa. Em sua estrutura organizativa o Comintern continha o Secretariado Latino que claramente priorizava os acontecimentos na França e Itália. A tentativa de se aproximar dos latinos da América ocorreu com o desdobramento do Secretariado Latino e a formação do Secretariado Sul Americano em 1926, com sede na cidade

de Buenos Aires. O VI Congresso define os países latinos como feudais e aponta uma engessada estratégia e tática a ser executada por todos os PC's. Este período assimilou ainda a stalinização das estruturas partidárias eliminando as possibilidades de interpretações próprias e experimentos particulares de organização popular pautadas na realidade de cada país. Não poderia dar certo. Seguindo as necessidades da política externa soviética os PC's latinos oscilaram entre o esquerdismo e a social democracia.

Com a queda do muro de Berlim e o desmonte do Bloco Socialista, há uma intensa ofensiva política ideológica da burguesia Internacional. A morte do socialismo é anunciada aos quatro ventos, o suposto fim da ideologia é propagandeado e o modo de produção capitalista, hegemonicamente percebido como a única possibilidade civilizacional para a humanidade. O neoliberalismo é a nova onda que dá forma ao capital em movimento. No decorrer da década de 1990 várias organizações comunistas renegaram o marxismo e se converteram a lógica do capital e sua ordem. O PCB passou por uma intensa crise que dividiu o partido entre aqueles que defendiam a manutenção do marxismo-leninismo e os que queriam a liquidação da estrutura comunista. A reconstrução revolucionária é estabelecida como a ordem do dia após o duro racha de 1992, seguido pela ruptura com as concepções etapistas e nacional libertadora da Revolução Brasileira.

Na América Latina, a passagem para o século XXI evidencia o rápido esgotamento das promessas liberais. No México eclode a guerrilha neozapatista, na Bolívia a guerra pelo acesso a água altera a conjuntura política deste país, na Venezuela o Bolivarianismo se apresenta, na Argentina los Piqueteros indicam um novo ambiente político, FARC e ELN continuam a luta armada na Colômbia, ao passo que Sendero Luminoso e Tupac Amaru amargam decisivas derrotas no Perú. Já nas primeiras décadas do novo século, governos de diferentes níveis de contradição com o programa liberal são eleitos e denominados de pós-liberais. Tais governos contribuem para a abertura de um novo ciclo conjuntural no continente, com gradual diminuição da ingerência externa dos Estados Unidos (explicitadas nas crises boliviana e paraguaia), ampliação da participação chinesa

na economia e crescente influência brasileira tanto na diplomacia como na presença de empresas de origem brasileira em obras estruturantes em vários países da América Latina.

No Brasil, o projeto de reposicionamento da burguesia aqui instalada nas dinâmicas da Mundialização do Capital monopolizou a experiência da Frente Popular eleitoralmente formulada. O Partido dos Trabalhadores demonstrou ser um hábil gerente do capitalismo impulsionando a acumulação de riquezas no país através de estímulos a fusões e aquisições e de financiamento público a obras de grande importância para os empreendimentos privados, ao mesmo tempo em que promove uma série de programas de compensação social diante da escandalosa concentração de riquezas.

Nos últimos anos, os limites do pacto social encabeçado pelo petismo podem ser observados pelo seguido acréscimos de movimentos grevistas na esfera pública e privada, nas péssimas condições de serviços públicos essenciais a população e na indisposição do aparato estatal em dar respostas efetivas e duradoras as gritantes mazelas sociais que atormentam o cotidiano de nosso povo. Os chamados “novos movimentos sociais” vem conseguindo dar fôlego à contestação social, entretanto mantem-se afastados da disputa pelo poder centrando suas ações em causas particulares e segmentadas. Não raramente há concepção negativa de poder identificando-o com todos os mecanismos de opressão existentes no interior da sociedade. Este entendimento, apesar de não ser incorreto é decididamente limitado. É fato que a opressão só se efetiva através do exercício do poder, no entanto não é menos verdadeiro que a emancipação para se materializar enquanto ação necessita também do exercício do poder. A dialética da negação, se utilizada neste contexto, indicaria a existência de um poder-opressão e um contra-poder, que no processo de superação levaria a um poder-emancipação. Há um poder dos que detém e controlam as forças produtivas, seu papel e função é manter a alienação do trabalho, os mais agudos níveis de exploração, a redução de grande parte da humanidade a mera condição de força de trabalho. Na resistência e em antagônica direção há o poder daqueles que trabalham, construtores das riquezas e de todos os bens materiais existentes,

mas que não estão no controle da organização social. A superação da sociedade capitalista pressupõe o fim do poder dos opressores e a instituição de uma capacidade de mobilização das energias humanas para a emancipação, exercendo a plenitude da vida, nesta perspectiva a capacidade de mobilização e organização das energias socialmente aplicadas incide em um novo tipo de poder libertador, hoje por nós chamado de Poder Popular.

Em 2013 eclodiu no Brasil uma complexa e contraditória onda de manifestações pautadas por um conjunto de insatisfações, inicialmente explicitadas pela precariedade e insuficiência na oferta de serviços públicos, mas que provocou, também, a explicitação de pautas conservadoras alimentadas no interior da sociedade, permeadas de intolerância, racismo e homofobia. 2013 revelou uma situação de polarização social entre distintos setores da sociedade, que não se explicita abertamente em momentos eleitorais. Em anos de Copa do Mundo e posteriormente de Olimpíadas, o confronto entre posições ideológicas tão diferenciadas podem abrir caminho para a contestação de toda ordem social e alterar a correlação de forças entre capital e trabalho. O PCB deve se preparar organicamente para esta nova conjuntura, assimilando novas experiências e táticas ofensivas que contribuam para a conjunção de um Bloco Revolucionário que seja capaz de colocar em xeque as estruturas da acumulação do capital no Brasil.

Para que isso ocorra, não podemos nem repetir os erros do passado e nem cair na fantasia pós moderna, mas agir criticamente diante das distintas realidades, aplicando e construindo eficazes formas de lutas condizente com a realidade concreta de cada situação concreta. A dialética particular-universal não pode mecanicamente segmentar e singularizar a realidade, bem como não se pode trata-la de forma universalizante e abstrata, repetindo assim os erros da III Internacional. As condições objetivas para a superação capitalistas estão dadas e colocadas, necessitamos agora disputar subjetivamente corações e mentes para o enfrentamento anticapitalista.

PONTOS PARA DISCUSSÃO

- 1) Implantação da Reforma Urbana de forma a garantir:

- O Direito a cidade.
 - A busca pela justiça urbana
 - Diminuição da desigualdade social e urbana no processo de ocupação do solo
 - Exigir o efetivo cumprimento da função social da propriedade urbana com tributação dos latifúndios urbanos, através do imposto progressivo.
 - Rediscutir a base fundiária urbana
 - Garantir o desenvolvimento urbano
- 2) Construção dos Conselhos Populares como forma de superar o participativismo dos atuais conselhos, limitados a uma mera forma de cooptação do aparelho do estado
- 3) Evidenciar e minimizar a informalidade da cidade.
- 4) Inverter as prioridades orçamentárias.
- 5) Três principais problemas ligados a população urbana;
- A moradia: políticas habitacionais devem estar condicionadas pelas exigências indicadas no Plano Diretor e não favorecer a especulação imobiliária e a efetivação de novos vazios urbanos.
 - Trânsito: a engenharia de tráfego é insuficiente para superar os problemas colocados, pois estes são oriundos da concentração de equipamentos urbanos e de uma ocupação do solo norteados pelos interesses imobiliários.
 - Saneamento ambiental: Água, esgoto, drenagem e destinação de resíduos sólidos não podem ser tratados setorialmente e sim interligado em uma única política que tenha como norte a paralisação da impermeabilização da cidade como forma de evitar enchentes entre outros acidentes tidos como naturais.
 - O Plano Plurianual (PPA) não pode ser uma mera exigência burocrática e sim a democrática construção de metas para o pleno desenvolvimento urbano.
- 6) Pontos relacionados ao campo
- A atualidade da Reforma Agrária
 - O enfrentamento do agronegócio
 - O envenenamento via agrotóxico (Explorar caso de Rio Verde)
 - Proibição da pulverização aérea
 - Incorporação de orgânicos na merenda escolar
 - Contaminação dos ecossistemas
 - monopólio da produção